

MEMORANDO INTERNO N º 138/2022

3756
B

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Solicitação de Desclassificação de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 01/2022

Interessado: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ARP nº 30/2022

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, sobre o pedido de **DECLASSIFICAÇÃO** do item nº 186 – **IBUPROFENO 100 MG/ML - SUSPENSÃO ORAL GOTAS**.

Por fim, solicito, por gentileza, que se faça a juntada deste memorando e demais documentos que seguem em anexo ao processo.

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 10 de agosto de 2022



GEISIANE DOS SANTOS ARAÚJO

Técnico Administrativo do Setor de Compras, Licitações e Contratos

RECEBIDO EM:

10/08/2022

ASS: 
Elton Rodrigo de Castro Gomes
Assistente Jurídico
OAB/SP 309.078

Licitações

De: Contratos <contratos@centermedi.com.br>
Enviado em: quarta-feira, 10 de agosto de 2022 09:11
Para: Licitação Compra CIOP; diretorexecutivo@ciop.sp.gov.br;
controleinterno@ciop.sp.gov.br
Assunto: Pedido de Desclassificação do item IBUPROFENO 100MG/ML GTS 20ML FR. -
CIOP/SP
Anexos: EDUARDO.jpg; CIOP SP.pdf; DOC 01.pdf; DOC 02.pdf
Sinalizador de acompanhamento: Acompanhar
Status do sinalizador: Sinalizada

Prezados, bom dia!

Caso não seja o setor responsável, favor encaminhar ao setor responsável.

Segue em anexo **Pedido de Desclassificação do item IBUPROFENO 100MG/ML GTS 20ML FR.**, o qual aguardamos retorno ao mais breve possível.

Se for necessário encaminhar o pedido original via correio, favor nos comunicar que faremos o encaminhamento imediato.

Certos de sua compreensão, aguardamos deferimento.

At.te

--

Eduardo Luis Scandolara
Jurídico

54 3523 2700
BR 480, 795 - Saída para Erechim/RS
Barão de Cotegipe/RS
www.centermedi.com.br



CENTERMEDI

Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

item 186
ARP: 30/2022
P.E. 01/2022

3757
E
Marcel dos Santos Cardoso
Chefe do Setor de Licitação
e Contratos-CIOP
RG: 42.187.355

3758
B

Barão de Cotegipe-RS, 10 de agosto de 2022.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – CIOP/SP
PRESIDENTE PRUDENTE/SP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2022

Setor de Compras e Licitações

Pedido de desclassificação do item IBUPROFENO 100MG/ML GTS. FR.

REFERENTE AS AUT. DE FORNECIMENTO Nº 4144, 4356, 5382, 3703, 2926, 1210, 4558, 2512, 5387, PEDIDO 25/02, 393, 52 EM ABERTO E TODO SALDO RESTANTE DA LICITAÇÃO.
URGENTE

A Empresa **CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Barão de Cotegipe-RS, sito à BR 480, N° 795, inscrita no CNPJ/ME 03.652.030/0001-70 e Inscrição Estadual nº. 170/0004449, neste ato representada pelo seu sócio-gerente **EDIVAR SZYMANSKI**, portador da carteira de identidade nº. 5051132966 e CPF nº. 670.481.290-34, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua José Bonifácio, 636, na cidade de Barão de Cotegipe –RS, vem por meio deste apresentar pedido de **DECLASSIFICAÇÃO DO MEDICAMENTO IBUPROFENO 100MG/ML GTS. FR.**, pelas razões que passa a elencar.

Ocorre que recebemos informações do laboratório registrado no certame **MEDQUIMICA**, o qual informa, que não possui o fármaco a pronta entrega pois encontra-se com seu estoque zerado, além disso, informa que o fármaco tem prioridade de fornecimento ao canal "Farma", e por assim, não tem previsão de quando haverá disponibilidade para o canal "Hospitalar" conforme anexo (**Doc. 01**).

Buscando outros fornecedores do fármaco, o laboratório **CIMED**, nos informa estar enfrentando atraso em sua produção devido ao atraso de seu fornecedor de "Frascos", afetando assim, os itens que o laboratório trabalha nesta apresentação, incluindo o Ibuprofeno 100mg/ml Gts. Fr., assim, não nos passando uma previsão para fornecimento de novos lotes do mesmo.

Reforçamos que a empresa em nenhum momento quer prejudicar os órgãos, trabalhamos com estoque de segurança, mas mediante a alta demanda de pedidos e o atual cenário GLOBAL (PANDEMIA, GUERRA, LOCKDOWN NA CHINA GRANDE FORNECEDORA DE INSUMOS), vem afetando a fabricação de medicamentos da grande maioria dos laboratórios brasileiros.

Segue a baixo notícias fortemente veiculadas em vários sites de informações:

6. Inclusive, tais dificuldades vêm sendo causados pela agressiva retomada de contágio do vírus COVID 19 em todo o mundo, cujas consequências ao setor de transportes e de produção de insumos ganharam amplo espaço de destaque na mídia nacional e internacional. Alguns exemplos abaixo:

O diretor do Cosems diz que, por causa da pandemia, a produção desses dois países diminuiu e que essa dependência da matéria-prima importada é o problema: "Como o **Ministério da Saúde** coordena a política nacional de insumos, dentre eles dos medicamentos, cabe ao **Ministério da Saúde** estabelecer novas parcerias, para que a gente possa ter o mercado nacional suprido dessa necessidade desses medicamentos".



CENTERMEDI

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

BR 480, N° 795

BARÃO DE COTEGIPE – RS CEP: 99740-000

CNPJ: 03.652.030/0001-70 INSC. EST 170/0004449

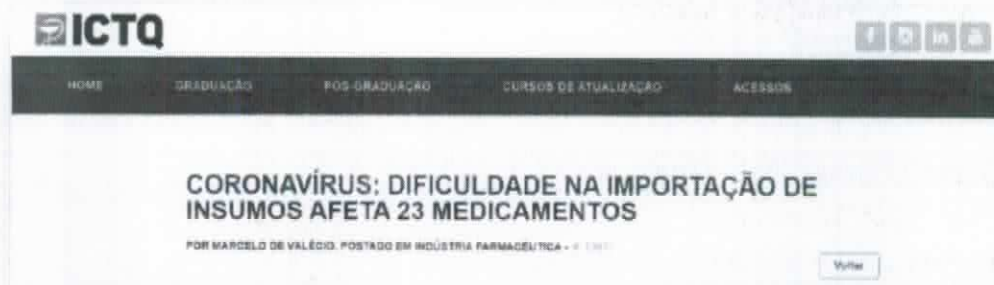
FONE/FAX: 54 3523 2700

www.centermedi.com.br

3759
8

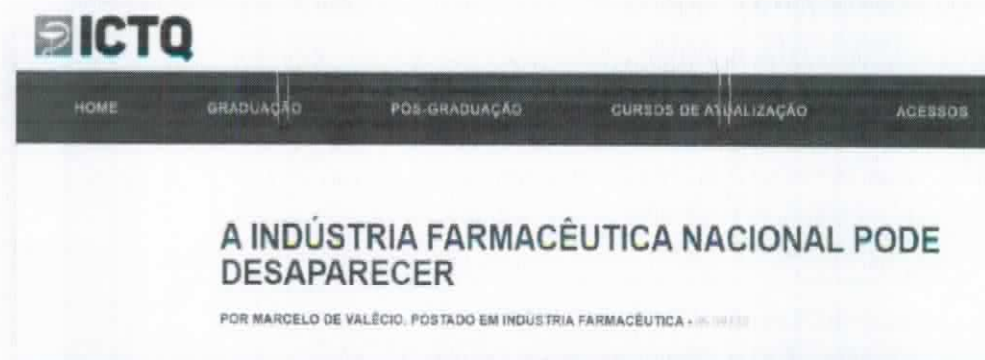
"Na fabricação de medicamentos no Brasil, 60% dos princípios ativos são importados da China e da Índia."

Fonte: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/05/16/hospitais-publicos-de-sao-paulo-adiam-cirurgias-por-falta-de-medicamentos.ghtml>, acessado em 17/05/2022.



"O entrave afeta a indústria farmacêutica instalada no Brasil como um todo. Segundo documentos da esfera federal, o governo da Índia travou a remessa para o País que somam 31 toneladas de 23 tipos diferentes de insumos necessários para a produção de medicamentos nacionais. Dentre eles há desde produtos comuns, como o anti-inflamatório nimesulide e o paracetamol, usado contra febre e dor de cabeça, até o sulfato de hidroxiquina e a azitromicina, ambos atualmente sendo testados para o coronavírus."

Fonte: <https://ictq.com.br/industria-farmaceutica/1356-coronavirus-dificuldade-na-importacaode-insumos-afeta-23-medicamentos>, acessado em 12/05/2022.



Segundo Maffissoni, desde meados do ano passado, a indústria farmacêutica vem sofrendo com a importação de matérias-primas da China. O país iniciou um programa de melhoria nas condições ambientais que visa reduzir a imensa poluição que assola grande parte do seu território. "Nas regiões muito poluídas, o governo chinês barrou as fábricas, interrompendo a produção por um turno ou dois turnos. Algumas unidades que poluíam demais acabaram fechadas. Isso impactou sensivelmente no preço dos insumos farmacêuticos ativos (IFA)", revelou o executivo.

Fonte: <https://ictq.com.br/industria-farmaceutica/1576-a-industria-farmaceutica-nacional-pode-desaparecer>, acessado em 12/05/2022.

"Distribuir medicamento, uma paixão que não tem remédio."



CENTERMEDI

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

BR 480, N° 795

BARÃO DE COTEGIPE – RS CEP: 99740-000

CNPJ: 03.652.030/0001-70 INSC. EST 170/0004449

FONE/FAX: 54 3523 2700

www.centermedi.com.br

3760
6

Cenário esse que preocupa à empresa Centermedi, com a falta de matéria-prima e insumos, havendo grande dificuldade de os laboratórios produzirem os medicamentos, nos deixando desabastecidos sem que possamos distribuir aos órgãos. Não resta outra opção senão solicitar a desclassificação dos itens em que há dificuldade de fabricação e fornecimento, para que a empresa não seja penalizada e podendo ter sua operação encerrada, diante da iminente falta de medicamentos no mercado.

Mesmo a empresa trabalhando com estoques de segurança, devido a Pandemia se esgotaram rapidamente, atendendo a diversos pedidos que a empresa recebeu.

As disposições dos arts. 77 e 78, da Lei 8.663/93, permitem o cancelamento ou suspensão de determinado item, quando o fornecedor estiver impedido de atendê-lo, cumprindo o requisito do caso fortuito ou força maior.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:
(...)

XVII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regulamente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

Claro que tal procedimento, prescinde de requerimento fundamentado, a ser manejado pela Requerente. É o caso dos autos. A empresa, mesmo que tenha pleno interesse (é venda, e como tal resultado financeiro) na realização da entrega, não tem condições objetivas de o fazer.

Conforme se afere, em casos como o presente, em que a vontade do fornecedor esbarra na impossibilidade material de atendimento do contrato, é lícito que a Administração Pública, acolha o pleito formalizado, para determinar o cancelamento do cumprimento do item, data a impossibilidade material de o fazer, aliás, como de resto, prevê a Lei 8.666/93, aplicável ao feito.

A licitante, não tem condições de modificar o panorama que afeta ao Fabricante, em relação ao medicamento adjudicado.

As afirmações ora transcritas, por óbvio se constitui em excludente de imputabilidade ou mesmo de culpabilidade à Empresa, no aspecto de não poder realizar o fornecimento, porquanto não tinha ela condições de prever ou mesmo de saber, que tal condição mercadológica fosse se apresentar, bem como que tal pandemia fosse afetar o mundo inteiro.

Não temos culpa alguma, gestão ou mesmo gerência no fato concreto, o que resulta na impossibilidade de fornecimento, tendo em vista a concorrência de fatores de força maior cuja responsabilidade não pode ser imputada, posto que, devidamente justificada a impossibilidade de cumprir na entrega do produto, com base na pandemia do **COVID-19**.

Com estas anotações, requer o provimento do presente, de modo a deferir o cancelamento dos empenhos caso possua em aberto e todo o saldo restante da licitação referente o item **IBUPROFENO 100MG/ML GTS. FR.**, sem a aplicação de penalidades à nossa empresa, tendo em vista tratar-se de motivo de força maior.



CENTERMEDI

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

BR 480, N° 795

BARÃO DE COTEGIPE – RS CEP: 99740-000

CNPJ: 03.652.030/0001-70 INSC. EST 170/0004449

FONE/FAX: 54 3523 2700

www.centermedi.com.br

3761
8

Em Face do Exposto, Requer a Peticionante, seja por Vossa Senhoria:

- a. recebida, juntada e processada a presente, da forma de praxe;
- b. acolhido o presente, para cancelar o item **IBUPROFENO 100MG/ML GTS. FR.** da empresa Centermedi, dispensando o cumprimento, pela Requerente;
- c. de qualquer decisão, colhida ciência à Requerente;

Nestes Termos,

Pede e Espera Deferimento.

EDIVAR

SZYMANSKI:6

7048129034

Assinado de forma
digital por EDIVAR
SZYMANSKI:670481290
34
Dados: 2022.08.10
09:01:07 -03'00'

EDIVAR SZYMANSKI

SÓCIO-GERENTE

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Assunto: Re: IBUPROFENO 100mg/ml 20mls - MEDQUIMICA
De: Neander Lima <neanderlima@lupin.com>
Data: 30/06/2022 14:52
Para: Centermedi <centermedi@centermedi.com.br>

Boa tarde!

Não, por hora não temos estoque do produto.

Este produto por pertencer à unidade Farma possui prioridade de atendimento, não temos previsão da disponibilidade do produto para o canal hospitalar.

At.

Obter o [Outlook para iOS](#)

De: Centermedi <centermedi@centermedi.com.br>
Enviado: Thursday, June 30, 2022 2:49:56 PM
Para: Neander Lima <neanderlima@lupin.com>
Assunto: IBUPROFENO 100mg/ml 20mls - MEDQUIMICA

CUIDADO: Este e-mail foi originado de fora da organização. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Neander, boa tarde.

Tudo certo?

Favor me atualizar quanto ao item IBUPROFENO 100mg/ml 20mls -

Voltou a aceitar pedido?

Que valor tens do item?

Previsão de entrega?

Att --

Douglas Picolo
Setor Comercial
WPP: (54) 9 9690-7043
Fixo: (54) 3523 2700
BR 480, 795 - Salda para Erechim/RS
Barão de Cotagipe/RS
www.centermedi.com.br



The contents of this message, together with any attachments, are intended only for the use of the individual or entity to which they are addressed and may contain information that is legally privileged, confidential and exempt from disclosure. If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any dissemination, distribution or copying of this message, or any attachment, is strictly prohibited. If you have received this message in error, please notify the original sender by return E-mail and delete this message, along with any attachments, from your computer.

----- Mensagem encaminhada -----

Assunto:	RES: Ibuprofeno 100 mg/ml gotas
Data:	Wed, 13 Jul 2022 14:19:18 +0000
De:	FELIPE DE SOUZA <felipe.souza@grupocimed.com.br>
Para:	João Ricardo Giacomel <eletronico@centermedi.com.br>

3763
E

Bom dia João,

Tudo bem?

Conforme solicitado segue abaixo as informações sobre os problemas enfrentados de produção para nossas linha de Frascos.

INFORMAÇÕES DE FRASCO

Informamos que os produtos que são Xarope/Solução oral (Frasco):

- Acebrofilina Ped / Acebrofilina Ad / Amoxicilina 60ml / Amoxicilina 150ml / Loratadina 100ml / Nimesulida gotas/ Ibuprofeno gotas/ Diclofenaco Resinato gotas

Estamos com problema de produção devido complicações do fornecedor de frascos.

Diante dessas informações não estamos cotando os itens mencionados por tempo indeterminado.

Qualquer dúvida estou à disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente, 

**Felipe de Souza**

Analista Sênior de Licitações

☎ +55 11 37031 792

☎ +55 11 9 6924 2562

✉ felipe.souza@grupocimed.com.br

De: João Ricardo Giacomel <eletronico@centermedi.com.br>

Enviada em: terça-feira, 12 de julho de 2022 14:29

Para: FELIPE DE SOUZA <felipe.souza@grupocimed.com.br>

Assunto: Ibuprofeno 100 mg/ml gotas

Boa Tarde, Felipe!

Gostaria de uma informação sobre o item Ibuprofeno 100 mg/ml gotas.

Existe uma previsão de liberação para faturamento deste produto?

No aguardo.

Att.

João Ricardo R. Giacomel
Comercial

(54) 3523 2700 | (54) 99942 6168
BR 480, 795 - Saída para Erechim/RS
Barão de Cotegipe/RS
www.centermedi.com.br



3764
B



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

3771

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DO ITEM 186 – IBUPROFENO 100MG/ML – SUSPENSÃO ORAL GOTAS

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de cancelamento referente ao item **186 – IBUPROFENO 100MG/ML – SUSPENSÃO ORAL GOTAS**, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 01/2022** sob a justificativa de que ocorreu um desabastecimento do medicamento junto ao seu fornecedor.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do cancelamento do item nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

A empresa **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, em documento de folhas 3756/ 3764, solicita o cancelamento do item **186 – IBUPROFENO 100MG/ML – SUSPENSÃO ORAL GOTAS** que logrou vencedora na licitação em epígrafe, argumentando que houve um desabastecimento do item junto ao seu fornecedor.

[Handwritten signature]



Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *"o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular"*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *"quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina"*. Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja, sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *"o princípio da impessoalidade reflete a necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo"*.

O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da

gBh



supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para adquirir bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.



Faz-se necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, **pelo prazo registrado, no caso de 06 meses.**

Deste modo, o registro que vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

Desta forma, o cancelamento de itens, nos moldes ora pleiteados, somente poderá ser realizado de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Entretanto, está sedimentando-se o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o cancelamento de itens da ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

Assim o desabastecimento sazonal de medicamento no mercado é um dos fatos a ser considerado no momento em que realiza a proposta no certame, vez que este faz parte dos riscos assumidos pela empresa.

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da situação eis que o certame ocorreu quando já instituído o cenário de crise. Por tal razão, para ser possível o cancelamento do item, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

[Handwritten signature]



3775
6

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÁRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio a dificuldade do licitante em obter o produto a ser fornecido, relação jurídica da qual a Administração não faz parte, mas sim o licitante.

Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do cancelamento do item da empresa solicitante, não havendo real motivo para que o argumento apresentado pela empresa prospere, uma vez que foram acostadas apenas cópias de -e-mails de seu fornecedor, sendo que esta não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque em pesquisa no CMED verifica-se outras marcas.

É necessária uma razão factual e não um desabastecimento de seu fornecedor para justificar o cancelamento do item, pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b)

gsh



fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame não fornecer o item em apreço.

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, *verbis*:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

0514



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3772
B

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa licitante, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de

511



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3778
1

Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa solicitante sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item em que a empresa **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 01 de setembro de 2022.

golk



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3789
B

Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa solicitante sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item em que a empresa **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

3789
B



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3780
6

Presidente Prudente/SP, 01 de setembro de 2022


Sérgio Ricardo Stuani
Diretor Jurídico


Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico


Julio Cesar Gratton Pagnosi
Assistente Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 161/2022

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Solicitação de Desclassificação/cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 01/2022

Interessado: CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA - ARP nº 30/2022

Após pedido de Desclassificação/cancelamento às fls. 3.757/3.764 sobre o item nº 186 - IBUPROFENO 100 MG/ML - SUSPENSÃO ORAL GOTAS, encaminho o Parecer Jurídico às fls. 3.771/3.780, que opinou pelo indeferimento do pedido.

Presidente Prudente, 03 de novembro de 2022



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Solicitação de Desclassificação/cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 01/2022

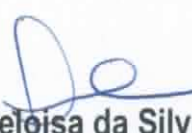
Interessado: CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA - ARP nº 30/2022

Trata-se, às fls. 3.757/3.764, de solicitação de Desclassificação/cancelamento de item nº 186 - IBUPROFENO 100 MG/ML - SUSPENSÃO ORAL GOTAS, alegando, em síntese, a falta de estoque do fármaco pelos fornecedores no período de vigência da Ata.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 3.771/3.780, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 03.652.030/0001-70, ARP Nº 30/2022**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 03 de novembro de 2022



Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva - CIOP



DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: Solicitação de Desclassificação/cancelamento de Item. Pregão Eletrônico nº 01/2022. Interessada: **CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA - CNPJ nº 03.652.030/0001-70, ARP Nº 30/2022**. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de Desclassificação/cancelamento do medicamento item nº **186 - IBUPROFENO 100 MG/ML - SUSPENSÃO ORAL GOTAS**, conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Pres. Prudente, 03 de novembro de 2022.

